



PARECER PRÉVIO Nº 25/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11585/2018.

Apensos: Processo nº 13877/2017, 10001/2018 e 14429/2017.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Beruri.

4- Exercício: 2017.

5- Responsável: Maria Lucir Santos de Oliveira (Prefeito Municipal).

6- Advogado: Lukas Traiber – OAB/AM 13930, Gabriela Alves Miranda – OAB/AM 15056 e Alexson Brito de Souza – OAB/AM 10702.

7- Unidade Técnica: DICAMI.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1126/2022-DIMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Beruri. Exercício de 2017.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas da Prestação de Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Beruri, referente ao exercício de 2017 (U.G: 61), de responsabilidade da Sra. **Maria Lucir Santos de Oliveira**, Prefeita Municipal de Beruri e Ordenadora de Despesas, à época, nos termos do artigo 31, §§ 1º e 2º, da CR/1988, c/c o artigo 127 da Constituição Estadual/1989, com redação da Emenda Constitucional nº. 15/1995, artigo 18, inciso I, da Lei Complementar nº. 06/1991, artigos 1º, inciso I, e 29 da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, e artigo 5º, inciso I, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, e artigo 3º, inciso III, da Resolução nº. 09/1997;



PARECER PRÉVIO Nº 25/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 11- **Ata:** 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 31 de Maio de 2022.
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.
- 14- **Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 25/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 25/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 11585/2018.

Apensos: Processo nº 13877/2017, 10001/2018 e 14429/2017.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Beruri.

4- Exercício: 2017.

5- Responsável: Maria Lucir Santos de Oliveira (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Lukas Traiber – OAB/AM 13930, Gabriela Alves Miranda – OAB/AM 15056 e Alexson Brito de Souza – OAB/AM 10702.

7- Unidade Técnica: DICAMI.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1126/2022-DIMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Beruri. Exercício de 2017.

Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Determinar o encaminhamento do Parecer Prévio, publicado e acompanhado de cópias integrais do processo, à Câmara Municipal de Beruri, para que, na competência prevista no artigo 127, da CE/1989, julgue as referidas Contas.

10.2. Determinar à Secretaria de Controle Externo – SECEX que tome as medidas cabíveis para a autuação de processos apartados, que deverão ser devidamente instruídos, respeitando a competência de cada órgão técnico, e as documentações referentes às impropriedades atinentes às Contas de Gestão mencionadas nos itens de 01 a 12 da DICOP; de 13 a 27 da DICERP; de 28 a 96 da DICAMI e de 97 a 100 da DICREA, listados na fundamentação do Relatório/Voto.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

ACÓRDÃO Nº 25/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 25/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

10.3. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que dê ciência do desfecho destes autos aos interessados, bem como à Câmara Municipal de Beruri e à Prefeitura Municipal.

- 11- Ata:** 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- Data da Sessão: 31 de Maio de 2022.
13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.
14- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral